

 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	 Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE Nº: 021704 Validade: 30/06/2027 Protocolo: 241891933
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADE DE:
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA CONSOLIDADA

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no contido no expediente protocolado sob o nº 241891933, expede a presente Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual à:

01 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Razão Social (Pessoa Jurídica) / Nome (Pessoa Física)
MUNICÍPIO DE CAPANEMA

CNPJ (Pessoa Jurídica) / CPF (Pessoa Física) 75972760000160	Inscrição Estadual (Pessoa Jurídica) / RG (Pessoa Física) ISENTO
----------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------

Endereço
AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT SOUZA Nº1080

Bairro CENTRO	Município Capanema	UF PR	Cep 85760000
------------------	-----------------------	----------	-----------------

02 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA CONSOLIDADA

Endereço LINHA GAÚCHA	Bairro ZONA RURAL
--------------------------	----------------------

Município Capanema	Cep 85760000
-----------------------	-----------------

Corpo Hídrico do Entorno *****	Bacia Hidrográfica Iguaçu
-----------------------------------	------------------------------

Destino do Esgoto Sanitário *****	Destino do Efluente Final *****
--------------------------------------	------------------------------------

03 - DETALHAMENTO DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

Detalhamento da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE

- Trata-se pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE), protocolo nº 24.189.193-3, para a atividade de Empreendimento Viário - Pav. Asfáltica em via consolidada, em favor de Município de Capanema, CNPJ: 75.972.760/0001-60, situado em trecho da comunidade rural Linha Gaúcha - Capanema/PR. Coordenadas de apoio: Zona 22J - Longitude UTM 217089 m E, Latitude UTM 7156738 m S.

- O responsável técnico pelo projeto, detalhamento e especificação da obra, é o Eng. Civil RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA, CREA PR-88296/D, ART 1720252668972. Devendo o requerente apresentar a ART/RRT de fiscalização e execução antes do efetivo início das intervenções;

- Conforme projeto e peças técnicas analisadas, a presente obra de pavimentação foi aprovada para os seguintes parâmetros: Extensão total: 1.600 metros, Largura da seção: 6,00 metros, Área total de pavimentação: 9.600 m². Coordenadas de início do trecho: 25°40'47.61"S; 53°49'07.19"O. Coordenadas de fim do trecho: 25°41'30.29"S; 53°49'32.65"O;

- A atividade possui certidão municipal aplicável ao uso e ocupação de solo declarando ao Instituto Água e Terra que o empreendimento está localizado no município de Capanema/PR e que o local, o tipo de empreendimento e a atividade estão em conformidade com a Legislação Municipal, bem como atendem às demais exigências legais e administrativas perante o município;

- A estrada municipal objeto deste protocolo possui decreto de utilidade pública sob o nº 7.858, de 20 de maio de 2025;

- O presente licenciamento ambiental foi emitido de acordo com o que estabelece o artigo 8º da Lei Estadual n. 22.252 de 12 de dezembro de 2024, e está condicionada à inexistência de passivos ambientais relativos ao imóvel, ao empreendedor ou ao empreendimento, tais como débitos ambientais, descumprimento de termos de compromisso ou de termos de ajustamento de conduta, descumprimento de medidas de proteção ambiental previstas em licenciamento e em outras normativas e ausência de remediação, descontaminação e recuperação ambiental;

- Este licenciamento diz respeito somente e tão somente às descrições acima, devendo o favorecido atender os itens abaixo relacionados.

- Atender rigorosamente aos planos e projetos de engenharia apresentados pelo requerente, componentes do processo administrativo e, caso houver alterações, comunicar previamente a este instituto;

- Não está autorizada a supressão de vegetação nativa, fica proibida qualquer intervenção em áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP);

- Caso o projeto de drenagem preveja o lançamento de águas pluviais em corpo hídrico, este deverá ser executado conforme normativas técnicas, atentando em específico as diretrizes da Portaria IAT 266/2024. Os dissipadores devem ser instalados junto ao corpo hídrico, em local estável, considerando a altura da lamina d'água para evitar que fiquem eventualmente fique submersos. Devem ser utilizadas plataformas de chegada entre o dissipador e o corpo hídrico, com uso de enrocamento e estrutura de fundação.

- Os restos de materiais e equipamentos considerados como inservíveis, bem como aqueles previstos de reutilização, deverão ser estocados em local adequado e protegido contra intempéries, devendo ser destinados a local com aterro licenciado de acordo com a classe do resíduo;

- Quando for o caso, as matérias-primas utilizadas na implantação do empreendimento deverão ser fornecidas por estabelecimentos devidamente licenciados e autorizados pelas agências e instituições específicas de atuação (exemplo: pedras provenientes de empreendimento autorizado pela Agência Nacional de Mineração - ANM);

- Fica proibida a disposição inadequada de qualquer tipo de resíduo, assim como, a sua queima;



- O não cumprimento à Legislação Ambiental vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal n. 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal n. 6.514/08;

- Esta Licença Ambiental não dispensa tampouco substitui quaisquer outros documentos, tais como: alvarás, licenças e/ou certidões de qualquer natureza a que eventualmente o empreendimento esteja sujeito, exigidos tanto pelo poder público municipal, estadual ou federal;

- Caso haja necessidade, o Instituto Água e Terra solicitará, a qualquer momento, outros documentos e/ou informações complementares do requerente ou de outras instituições envolvidas no licenciamento ambiental em questão, assim como anotação ou registro de responsabilidade técnica pela implantação e conclusão de eventuais estudos ambientais;

- A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme disposto no artigo 7º parágrafo 2º do Decreto Estadual n. 857/97;

- A presente licença foi emitida com base em informações, documentos e projetos apresentados a este Instituto Água e Terra, que são de

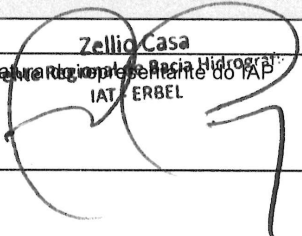
 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	 Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE Nº: 021704 Validade: 30/06/2027 Protocolo: 241891933
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



inteira responsabilidade do empreendedor e dos profissionais elaboradores:

- A presente Licença Ambiental poderá ser suspensa, se constatada a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais vigentes, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, conforme o disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA n. 237/97;
- A presente Licença Ambiental diz respeito apenas às questões ambientais do empreendimento, não se refere a aspectos de segurança, funcionalidade, tão pouco a questões estruturais do empreendimento;
- Deverão ser implantadas soluções de captação e drenagem de águas pluviais, de forma a evitar o carreamento de solo para propriedades de terceiros e o assoreamento de cursos hídricos;
- Fica proibida quaisquer intervenções diretas (ex.: direcionamento/escoamento de águas pluviais) em propriedades/matrículas de terceiros, sem prévia anuência dos mesmos;
- A intervenção em bueiros que possuam a finalidade de transposição de talvegues depende de prévio cadastramento junto ao IAT, nos termos da Instrução Normativa IAT nº 06/2023;

- Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições legais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeita à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades, bem como à autuação e imposição de sanções administrativas cabíveis.
- O empreendedor deve comprovar, junto ao IAP, o registro de reserva legal – SISLEG.
- O IAP poderá, a qualquer momento, invalidá-la caso verifique discordância entre as informações e as características reais do empreendimento.

04 - AUTENTICAÇÃO PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ	
Local e data: Francisco Beltrão, 30 de junho de 2025	
O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.	Carimbo e assinatura do representante legal do IAP  Zellio Casa Gerente Regional de Recursos Hídricos IAT - ERBEL